

X Encontro da ABCP

Área Temática: Participação Política

Título:

**Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho:
reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013**

Autor:

Ricardo Fabrino Mendonça
Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Ciência Política

**Belo Horizonte - MG
30 de agosto a 02 de setembro de 2016**

Resumo:

Este trabalho se propõe a investigar a forma como a ideia de democracia é diferentemente significada por pessoas que participaram das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Disparadas por uma série de protestos em torno do aumento de tarifas de transporte público em várias capitais, as Jornadas de Junho capilarizaram-se por meio de uma agenda ampla de reivindicações que envolveram as implicações da organização de mega eventos esportivos, a questão do direito à cidade, o combate à corrupção, a baixa qualidade de serviços públicos e o funcionamento da democracia. Interessa-nos compreender o quê manifestantes engajados nesse processo entendem por democracia e as dimensões do ideário democrático valorizadas por eles. Metodologicamente, o artigo se apoia em um corpus empírico composto por 50 entrevistas realizadas nos municípios de São Paulo e Belo Horizonte. As entrevistas foram realizadas a partir de um mapeamento inicial de coletivos centralmente envolvidos nas Jornadas de Junho de 2013 em ambos os municípios, sendo este mapeamento baseado na literatura já existente sobre o processo. Na sequência, adotou-se o procedimento de bola de neve, de forma a contatar pessoas indicadas pelos primeiros entrevistados e entrevistadas. Para analisar as entrevistas, construiu-se uma grade analítica ancorada nos debates entre diferentes correntes da teoria democrática. No entanto, em vez de operar com modelos de democracia, como é recorrente nas tentativas de classificação das teorias democráticas, propõe-se trabalhar com dimensões da democracia. A grade proposta pelo estudo está ancorada em sete dimensões fundamentais: (1) Autorização popular para o exercício do poder político; (2) Participação e autogoverno; (3) Monitoramento e vigilância sobre o poder político; (4) Promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados; (5) Competição Política e Pluralismo; (6) Discussão e debate de opiniões; (7) Defesa do Bem Comum. A análise qualitativa de conteúdo discursivo das entrevistas busca evidenciar a maneira como essas dimensões da democracia são compreendidas, discutidas, criticadas e/ou advogadas pelos ativistas entrevistados.

Palavras-chave:

Manifestações, Democracia, Jornadas de Junho

Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013¹

Ricardo Fabrino Mendonça²

O início do século XXI tem sido inegavelmente marcado por um ciclo de protestos, que se atualiza em atos públicos e manifestações vultosas em diversos contextos. Alguns elementos têm chamado a atenção de pesquisadores preocupados em compreender as formas de participação e engajamento que alicerçam esse ciclo de protestos. Muitos têm se dedicado a entender, por exemplo, a maneira como identidades coletivas e organizações se estruturam em um cenário profundamente marcado pela individualização (Hardt e Negri, 2004; Bimber et al., 2012; Bennett e Segerberg, 2013; Jensen e Bang, 2013; Mendonça, 2015). Outros têm atentado para o papel das mídias digitais e, sobretudo, das redes sociais na mobilização e execução de ações coletivas (Penney & Dadas, 2013; Wojcieszak & Smith, 2013; Lim, 2012; Johnson et al, 2011; Howard et al, 2011; Castells, 2013). Há, ainda, quem se debruce sobre as profundas transformações na linguagem do confronto e sobre as características das ações *modulares* na contemporaneidade (Tarrow, 2013; Bhatia, 2015).

Ainda são escassos, todavia, os estudos empíricos que se perguntam sobre a relação entre essas manifestações multitudinárias e democracia. Apesar do amplo reconhecimento de que essas manifestações – em contextos tão diversos quanto o Egito, os Estados Unidos, a Espanha, a Turquia, o Brasil e Hong Kong – questionam elementos da compreensão tradicional de democracia e propõem deslocá-la (Castells, 2013), não é muito claro o rumo de tal deslocamento e suas implicações. Evidência a esse respeito é a diversidade de ações já realizadas ao longo do processo egípcio em suposta defesa da democracia.

As manifestações multitudinárias contemporâneas (em sua grande diversidade) têm colocado a noção de democracia em questão por, pelo menos, quatro razões. Primeiro, porque contestam práticas democráticas e instituições vigentes. Apontam-se falhas na ideia (e no exercício) da representação política, na atuação dos partidos políticos e na capacidade de as instituições se controlarem. Argumenta-se que a corrupção sistêmica e a influência de grupos

¹ Este artigo foi produzido no âmbito do Projeto “Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas”, que é financiado pelo CNPq (processos 305117/2014-9 e 445955/2014-7) e que integra ações de uma parceria internacional com pesquisadores da Universidade de Canberra (Austrália). Ele foi apresentado no Seminário dos Pesquisadores do CEADD, realizado na UFBA (Salvador) entre 05 e 06 de maio de 2016. Sou especialmente grato a Márcia Maria Cruz e Márcio Bustamante pela contribuição na estruturação da coleta de dados e na produção das entrevistas. Também sou grato a Selene Machado, Davi de Sousa, Stephanie Reis e Rayza Sarmiento pela contribuição no processo de coleta de dados.

² Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG. Bolsista de produtividade do CNPq e Pesquisador Mineiro da Fapemig. É coordenador do MARGEM – Grupo de pesquisa em Democracia e Justiça.

econômicos em diversas esferas do poder seriam prova da inexistência efetiva de um sistema político democrático. Segundo, porque se nota o crescimento de discursos que questionam a própria ideia da democracia, tanto à direita como à esquerda. Alguns resgatam, com nostalgia, a ordem e o progresso supostamente viabilizados por regimes autoritários, ao passo que outros colocam algumas noções de igualdade e justiça como prioritárias quando comparadas à democracia. Em terceiro lugar, nota-se que ações absolutamente diversas e antitéticas são feitas em nome da democracia. Se, por um lado, a crítica à democracia se faz recorrente, por outro, a defesa dela aparece de forma genérica, subsidiando cursos de ação opostos. Em quarto lugar, observa-se o fortalecimento de uma visão segundo a qual os protestos são uma expressão democrática essencial para revitalizar (ou refundar) a própria democracia.

As indagações levantadas ao longo desses processos são muitas: Seria a democracia a forma de governo a substituir o autoritarismo de certos países, como o Egito e a Tunísia? Ou seria ela, pelo menos na forma como se concretizou, um obstáculo à efetiva emancipação humana em contextos como os EUA, a Espanha (e o Brasil)? De que princípios e instituições estamos falando ao usar esse significante amplo e vazio (Brown, 2015; Nancy, 2012; Rosanvallon, 2007)? Nos países chamados democráticos, não têm imperado forças muito distintas da vontade popular (Todorov, 2012)? Seria necessário reinventar a democracia? O atual ciclo de protestos promove *democratização* ou *desdemocratização* (Tilly, 2013)?

Este trabalho se propõe a investigar a forma como a ideia de democracia é diferentemente significada por pessoas que participaram das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Disparadas por uma série de protestos em torno do aumento de tarifas de transporte público em várias capitais, as Jornadas de Junho capilarizaram-se por meio de uma agenda ampla de reivindicações que as consequências de megaeventos esportivos, a questão do direito à cidade, o combate à corrupção, a baixa qualidade de serviços públicos e o funcionamento da democracia. Interessa-nos compreender o quê manifestantes engajados nesse processo entendem por democracia e as dimensões do ideário democrático valorizadas por eles.

Metodologicamente, o artigo se apoia em um *corpus empírico* composto por 50 entrevistas realizadas nos municípios de São Paulo e Belo Horizonte. A análise qualitativa de conteúdo discursivo busca captar a forma como sete *dimensões da democracia* atravessam as falas de pessoas que participaram das Jornadas de Junho de 2013. Na primeira seção do texto, abordaremos essas dimensões e seu significado. Na segunda seção, apresentaremos nosso estudo empírico e os procedimentos que o balizaram. Por fim, faremos uma breve discussão contextualizado dos achados deste estudo.

A democracia e suas múltiplas dimensões

Para discutir as formas como a ideia de democracia é diferentemente significada por pessoas que participaram das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, é importante iniciar com uma discussão sobre a própria ideia de democracia. Afinal, como já pontua Wendy Brown (2015, p. 19), “democracia está entre os termos mais contestados e promíscuos de nosso vocabulário político moderno”. Nas palavras de Jean-Luc Nancy (2012), “*democracia* se tornou um caso exemplar de perda de poder de significar [...] *Democracia* significa tudo – política, ética, lei, civilização – e nada”.

Há regimes e práticas muito diferentes que são advogados em nome da democracia, o que gera não apenas dissonâncias institucionais e explicativas, mas também, e frequentemente, frustrações e decepções políticas. Nem sempre democracias entregam aquilo que se espera delas, o que pode conduzir a frustrações (Rosanvallon, 2007; Huntington, 1994). Ademais, muitas ditaduras se estruturam em torno de uma suposta defesa da democracia e das liberdades (Todorov, 2012). É Brown (2011, p. 44), novamente, quem adverte que, “talvez a popularidade atual da democracia dependa de sua abertura e mesmo da vacuidade de seu significado e prática”.

Por isso, é tão importante compreender as tentativas de definir conceitualmente democracia. Se o escopo das práticas democráticas é amplo e variado, oscilando espaço-temporalmente (Lijphart, 2008), a variação entre teorias democráticas não é menor. Como aponta Moisés (2010, p. 276), “em si mesmo, o conceito de democracia envolve diferentes conteúdos, formulados e articulados no longo processo histórico de sua formação, os quais resultaram na variedade de significações que ele tem hoje”. Visando a simplificar e organizar essa multiplicidade de abordagens, a literatura da área recorre, muitas vezes a *modelos de democracia*. Trata-se de tentativas de agregar, em grandes correntes, definições que partilham premissas e características básicas, organizando um conjunto heterogêneo de autores e autoras.³

³ Deve-se destacar, de partida, a clássica proposta de C. B. Macpherson (1977) que divide as teorias liberais de democracia entre a concepção protetora, a desenvolvimentista, a democracia de equilíbrio e a democracia participativa. A proposta é parcialmente encampada por Held (1987), que a expande em nove modelos: democracia clássica; democracia protetora; democracia desenvolvimentista; democracia direta; elitismo competitivo; pluralismo; democracia legal; democracia participativa; modelo da autonomia democrática. Sartori (1994) prefere uma taxonomia mais econômica e menos marcada por elementos da definição em si da ideia de democracia. Ele distingue as teorias democráticas entre as concepções descritivas (“democracia empírica”) e as prescritivas/normativas (“democracia racional”). Vê-se, assim, uma diferença na própria moldura usada para organizar as teorias. Como lembra Cunningham (2009), há uma dificuldade nas teorias democráticas de separar preocupações descritivas, normativas e semânticas: como a democracia funciona, como deveria funcionar e o que ela significa. A organização proposta pelo próprio Cunningham distingue as seguintes correntes: democracia liberal; pluralismo clássico; catalaxe; democracia participativa; pragmatismo democrático; democracia deliberativa; e pluralismo radical. Charles Tilly (2013), por sua vez, ao buscar estruturar concepções que lhe permitam pensar movimentos de democratização e desdemocratização,

Embora ricas, esses *modelos* precisam, invariavelmente, e por um lado, reunir perspectivas muito diferentes em um grande quadro. Por outro lado, eles necessitam reforçar as diferenças entre autores situados em grupos distintos, de forma a justificar a distinção. Alguns autores que têm várias semelhanças podem ver-se substantivamente distanciados pela marcação dos modelos. Além disso, há diversas autoras e perspectivas que ficam de fora da apresentação das teorias democráticas por não se encaixarem com tanta facilidade nos modelos apresentados.

É justamente por isso que parece mais interessante pensar em *dimensões* da democracia. Trabalhar com a ideia de *dimensões*, em vez de *modelos*, permite um olhar mais complexo e nuançado para a compreensão do fenômeno democrático. Dimensões operam como parâmetros que permitem pensar determinado fenômeno. Elas são pensadas, aqui, como fios importantes na tessitura de compreensões sobre democracia. A definição da democracia depende de uma combinação dessas dimensões, sendo que é a articulação entre elas, bem como a própria definição de cada uma delas, que assegura a especificidade de cada teoria.

Algumas abordagens salientam certas dimensões em detrimento de outras. Há abordagens que negam a relevância de algumas dessas dimensões e se opõem a elas. Nesse sentido, nem todas as dimensões são relevantes para todas as teorias, ainda que continuem a operar como *eixos estruturadores* do debate em torno da democracia. Assim como há negações, há também muitas sobreposições e diversas tentativas de combinar dimensões, evidenciando seus imbricamentos e recursividades. É a partir de dimensões que faremos uma discussão sobre democracia que acreditamos ser ampla o suficiente para captar ênfases variadas, articulações diversas e sentidos diferentes da democracia.

Nas próximas subseções, apresentaremos, de forma sintética, aquelas que entendemos como as sete dimensões constitutivas (ou os eixos estruturadores) do campo de controvérsias da teoria democrática: (1) Autorização popular para o exercício do poder político; (2) Participação e autogoverno; (3) Monitoramento e vigilância sobre o poder político; (4) Promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados; (5) Competição Política e Pluralismo; (6) Discussão e debate de opiniões; (7) Defesa do Bem Comum.

reconhece quatro formas principais de definir democracia: a constitucional, a substantiva, a procedimental e a orientada pelo processo. No Brasil, há de se destacar a taxonomia de modelos de democracia proposta por Miguel (2005), que contém: a democracia liberal-pluralista; a democracia deliberativa; o republicanismo cívico; a democracia participativa; e o multiculturalismo. Wilson Gomes (2011), ao cruzar a noção de democracia digital com modelos democráticos, menciona: as teorias liberais; as participacionistas; as comunitaristas; as republicanas; e as deliberacionistas.

É importante mencionar, aqui, que o trabalho de Leonardo Morlino (2012) sobre qualidade democrática também faz uso da ideia de dimensões. O autor operacionaliza sua análise comparativa a partir de oito delas, sendo cinco procedimentais (império da lei, *accountability* eleitoral, *accountability* interinstitucional, participação e competição), duas substantivas (liberdades e igualdade) e uma geral (a ideia de responsividade). Embora essas dimensões se aproximem daquelas que colocamos acima, há uma diferença importante entre a proposta do autor e aquela apresentada aqui. Morlino não deseja entender como essas dimensões adquirem diferentes sentidos para autores e atores diversos, mas está propondo uma forma de aferição da *democracia de qualidade*. Sua visão de democracia é, portanto, estanque e pouco aberta aos processos de significação historicamente situados. Ademais, Morlino transforma as dimensões em componentes da democracia, combinando-as na definição da boa democracia. Minha proposta trata as dimensões mais como *eixos estruturadores* de um debate em processo.⁴ Com isso, podemos passar à apresentação das referidas dimensões.

(1) Autorização popular para o exercício do poder político

Há certo consenso entre abordagens contemporâneas de democracia sobre a importância do voto como mecanismo legítimo de autorização para o exercício do poder político. Ainda que as origens atenienses da democracia prescindam do voto como instaurador da representação, e que Aristóteles visse as eleições como forma de seleção da aristocracia (Finley, 1988; Jaguaribe, 1981), a representação política construída por via eleitoral ocupa um lugar central na maioria dos autores que discutem democracia na modernidade. Se o poder emana do *demos*, a decisão sobre aqueles que exercem cargos de governo deve passar pela autorização deste.

Essa dimensão está na base da construção da ideia de governo representativo, em autores como Bentham, James Mill e Madison, que a entendem como garantia importante para impedir maiorias tirânicas e Estados opressivos, assegurando certa pluralidade. Ela aparece nas lutas pela expansão dos direitos políticos e se consolida como a dimensão mais relevante da democracia em abordagens como a proposta plebiscitária de Max Weber, o procedimentalismo schumpeteriano, a teoria econômica de Downs e algumas interpretações do pluralismo dahlsiano. Em Schumpeter, por exemplo, o voto é, por definição, o mecanismo de participação política partilhado pelos iguais que compõem uma comunidade política. Aos cidadãos cabe autorizar, pelo voto, quem deve governá-los. Trata-se, assim, do procedimento definidor da democracia.

⁴ Agradeço aos comentários de Eleonora Schettini Cunha a este respeito. Eles me ajudaram a perceber essa diferença em relação ao trabalho de Morlino.

Mesmo autores e autoras que não se celebrizaram na defesa das eleições partem da relevância dessa dimensão para a democracia. Convém lembrar, por exemplo, que Pateman (1992) entendia que a participação nos espaços de trabalho poderia revitalizar a participação eleitoral, e que Habermas (1997) advoga um modelo de circulação de poder que coloca no centro do sistema político as instituições decisórias alicerçadas nas eleições. Apesar das críticas aos resultados eleitorais e da discussão sobre a crise da democracia representativa, entende-se a autorização eleitoral para o exercício da representação como mecanismo fundante das experiências modernas de democracia (Manin, 1995; Silva, 2016, Rosanvallon, 2010).

É importante citar, contudo, o surgimento de discussões que buscam pluralizar as formas de representação e, com elas, os procedimentos de autorização popular. Sem negar a importância do voto, elas apontam para possibilidades de complexificação dos mecanismos pelos quais o *demos* – ou os *demoi*, como prefere Bohman (2007) – autoriza o exercício do poder político (Almeida, 2015; Isunza Vera e Gurza-Lavalle, 2011). Convém lembrar, aqui, o retorno da ideia de sorteio em alguns veios da teoria democrática (Sintomer, 2010; Fishkin, 2009; Warren e Pearse, 2008) e a defesa de técnicas que possibilitem a autorização de representantes discursivos a participarem de instâncias decisórias (Dryzek e Niemeyer, 2008). Rosanvallon (2010) discute a própria pluralização dos princípios de legitimação, o que se torna central na compreensão mais ampla das formas de representação e da autorização para o exercício de poder político. Independentemente da adequação e validade de tais propostas, elas fortalecem o argumento de que a reflexão acerca da autorização popular para o exercício do poder político é uma dimensão central para o campo de discussões das teorias democráticas.

(2) Participação e autogoverno

As ideias de participação e autogoverno também se configuram como uma dimensão central à definição de democracia. Democracia depende, fundamentalmente, do engajamento do *demos* na construção de algo comum. Obviamente, contudo, a natureza desse engajamento e o “algo” produzido a partir dele variam enormemente nas teorias democráticas.

A participação direta, como base do autogoverno, era o fundamento da experiência ateniense de democracia (Finley, 1988; Menezes, 2010) e de concepções republicanas de estruturação da comunidade política, como a proposta por Rousseau (1960). Somente pela via da participação, os cidadãos poderiam construir a igualdade e a liberdade em que se baseia não apenas sua cidadania, mas sua própria humanidade. Por uma trilha inteiramente distinta, e sem negar o papel da representação política, Stuart Mill (1981) valorizou, já no século XIX, a participação como forma de desenvolvimento moral dos indivíduos. No início do século XX,

Dewey (1954 [1927]) propôs a participação como pilar fundamental de uma comunidade democrática, que pensa coletivamente seus rumos na busca por soluções para problemas públicos.

Se o século XX assistiria à consolidação da ideia do voto como mecanismo básico de participação política (Schumpeter, 1961; Przeworski, Manin & Stokes, 1994), ele também abrigaria, em sua segunda metade, o avanço de um ideário participacionista (Pateman, 1992, Macpherson, 1977), voltado a produzir democracias mais fortes (Barber, 1984) e intensas (Santos e Avritzer, 2002). É a partir dos anos 1970, na trilha das lutas sociopolíticas dos anos 1960 e da consequente ampliação do conceito de política, que se observa uma defesa mais eloquente da expansão de práticas participativas para além do voto. Tiveram papel importante nesse processo, experimentos como os júris de cidadãos nos EUA, as células de planificação na Alemanha e as conferências de consenso na Dinamarca (Smith, 2005; Mendonça e Cunha, 2012).

A defesa de múltiplas formas de participação política ganhou mais fôlego com o revigoramento do conceito de sociedade civil e a atuação de diversos movimentos sociais no contexto de redemocratização da América Latina e do Leste europeu (Cohen e Arato, 1992; Doimo, 1995; Dagnino, Olvera & Panfichi, 2006; Santos e Avritzer, 2002). No Brasil, a constituição de 1988, previu diversos mecanismos de participação, incluindo plebiscitos, referendos, iniciativas populares e a atuação da sociedade civil no controle de políticas públicas. Tais previsões alimentaram o fortalecimento de instituições participativas, como os orçamentos participativos, conselhos e conferências públicas (Avritzer, 2009; Cunha, 2009).

Esse revigoramento da participação também suscitou dúvidas e críticas, todavia. Dagnino (2002), assim como Wendy Brown (2015), apontou o perigo de uma demonização do Estado, dada a confluência perversa entre a valorização da sociedade civil e a ascensão de visões neoliberais de gestão pública. Gurza-Lavalle (2011) ressaltou a necessidade de aprofundamento de estudos empíricos “após a participação”, para ultrapassar o elogio estéril e especulativo dessas práticas participativas sem a compreensão de sua complexidade política. Há ainda quem aponte a necessidade de formas de participação mais conflitivas e agonísticas, que ultrapassem a institucionalidade participativa (Trindade, 2014). A literatura sobre políticas do confronto, movimentos sociais e protestos multitudinários tem, assim, ganhado crescente atenção.

Não é nosso intuito buscar, aqui, uma exposição minimamente capaz de abarcar a complexidade desses debates. Interessa-nos, somente, ressaltar que a participação dos cidadãos na produção coletiva do autogoverno é uma dimensão a atravessar debates da teoria democrática

(3) Monitoramento e vigilância sobre o poder político

A dimensão de monitoramento e vigilância sobre o poder político tem ganhado crescente atenção no debate recente sobre teoria democrática. A ideia básica, aqui, é a de que o poder político, em uma democracia, deve ser exercido em público, de modo a que não apenas o *demos*, em seu conjunto, mas também outros atores e instituições políticas possam fiscalizar aquilo que é feito em nome do povo. As noções de transparência e publicidade tornam-se centrais para que o poder político não se exerça sob a proteção da invisibilidade e da opacidade.

A discussão sobre pesos e contrapesos na obra de Montesquieu (1960), o debate sobre a centralidade da publicidade no constrangimento de ações, em Bentham, e a preocupação dos federalistas norte-americanos com o equilíbrio de poderes dão mostras da centralidade dessa dimensão para as teorias democráticas. A percepção, por diferentes caminhos, é a de que o poder político precisa ser desconcentrado para não se tornar tirânico, sendo que essa desconcentração passa pela possibilidade de diversas instâncias que se vigiem e se controlem.

Uma dessas instâncias é o próprio público. No século XIX, Stuart Mill evidenciou a centralidade da publicidade para a estruturação do governo representativo e, já no século XX, autores como Dewey, Arendt e Habermas salientaram a conexão entre democracia e o escrutínio do poder político exercido pelos cidadãos. Na trilha de Bentham (e Kant), Esler (1998) afirma que a publicidade aciona a força civilizadora da hipocrisia, impedindo que certas ações e comportamentos venham a ocorrer pelo temor de serem identificados.

Na literatura mais contemporânea, a questão dos controles democráticos ganha enorme fôlego no tratamento da noção de *accountability*, que diz respeito à possibilidade de demandar respostas e imputar sanções (Mulgan, 2000). O'Donnell (1999) salienta a forma como o próprio voto opera como mecanismo de *accountability vertical*, na medida em que possibilita uma forma de prestação de contas. Democracias também dependem, todavia, de *accountability horizontal*, exercida por meio de instituições que detêm as prerrogativas legais e as condições para supervisionar outras instituições e atores, podendo, de alguma forma, penalizá-las. Smulovitz e Peruzzotti (2003) acrescentam ao debate a ideia de *accountability societal*, chamando a atenção para a forma como as ações de monitoramento são também exercidas por atores da sociedade civil.

Essa também é a aposta de autores como Keane (2013) e Rosanvallon (2007). O primeiro explora o contexto contemporâneo de abundância comunicativa, para observar a pluralização de instâncias de vigilância. Situando as raízes da democracia monitória no pós-guerra, Keane observa uma profusão de agências de monitoramento dentro e fora do Estado, cumprindo diversos papéis, inclusive o de representar minorias. Ele aponta para a existência de uma

multiplicidade de atores “que operam dentro, sob e para além das fronteiras de estados territoriais” (Keane, 2013, p. 86)

Rosanvallon, por sua vez, desenvolve a ideia de que a democracia depende de um sistema de práticas e contrapoderes, informais ou institucionais, que organizam a desconfiança, cujo “objetivo é velar para que o poder seja fiel a seus compromissos” (2007, p. 26). A *contrademocracia* advogada por ele inclui poderes de controle e vigilância, formas de obstrução e o uso da justiça para colocar o poder à prova. Ela viabiliza um tipo de soberania calcada na recusa, evidenciando que a propagada tese da apatia política deixa de capturar muitas formas contemporâneas de atuação dos cidadãos. Ainda de acordo com Rosanvallon, o reconhecimento desta dimensão é muito importante para ampliar o conceito de democracia e desocidentalizá-lo, viabilizando comparações temporal e espacialmente mais inclusivas.

Green (2010) é outro a salientar a importância do *cidadão-espectador* em sua defesa de um paradigma ocular da democracia plebiscitária. Ele afirma que a base do comportamento ordinário dos sujeitos não é a *ação*, como geralmente se supõe, mas uma espectralidade vivenciada em comum. Nesse sentido, seria necessário fomentar situações de exposição das lideranças políticas mais pautadas pela espontaneidade, pela incerteza e pela franqueza (*candor*)

(4) Promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados

É preciso reconhecer, de saída, que a promoção da igualdade, no âmbito da teoria democrática, não pressupõe, necessariamente, a defesa de grupos minorizados e oprimidos. Como discutiremos, este é um dos caminhos possíveis para pensar a igualdade. O agrupamento aqui sugerido incorpora uma resposta específica ao problema da desigualdade, sem se ater a ela.

De modo geral, a democracia depende de alguma noção de igualdade. Tanto que Robert Dahl (2001) deriva todos os elementos de sua definição de democracia do princípio da igualdade política. O próprio conceito de democracia surge no contexto ateniense a partir de uma série de reformas iniciadas por Sólon e intensificadas por Clístenes para combater desigualdades e edificar um tipo de igualdade em que cada cidadão deveria valer a mesma coisa (Menezes, 2010). Ao reconstruir este momento histórico, Rancière (1996, p. 24) assinala que a democracia não deve ser tomada como uma forma de governo institucional, mas justamente como a ruptura por meio da qual o “demos atribui-se, como sua parcela própria, a igualdade que pertence a todos os cidadãos”. Por definição, democracia requer e promove igualdade. Em Rancière (1996), ela é sinônimo de uma verificação (disruptiva e dissensual) da pressuposição da igualdade.

Obviamente, o que se entende por igualdade varia enormemente. Em autores como James Mill, por exemplo, a igualdade requerida pela democracia é aquela expressa na contagem das opiniões: “uma pessoa, um voto”. A igualdade formal na agregação de posições também aparece na abordagem procedimental shumpeteriana e atravessa, ganhando substância, a defesa que o pluralismo Dahlsiano faz do governo responsivo, já que deve haver iguais condições para que os cidadãos formulem preferências, expressem-nas e as tenham consideradas.

Com o desenvolvimento de sua obra, Dahl passa a dar cada vez mais importância à centralidade das condições econômicas na promoção da igualdade de que depende a democracia. Esse era um ponto ressaltado, já no século XVIII, por Rousseau que atrelava a soberania popular à igualdade moral e à liberdade civil alimentadas pelo contrato social. Outro exemplo de defesa de alguma forma de igualdade econômica na teoria democrática é a defesa, nos anos 1930, da *democracia econômica* por Sidney Hook em sua articulação do pragmatismo com o marxismo.

A dimensão econômica não se configura, contudo, como a única dimensão social relevante para a promoção da democracia. É fundamental destacar, aqui, todo o esforço de várias feministas para evidenciar as profundas desigualdades de gênero a atravessar práticas e instituições democráticas. A título de ilustração, podem-se citar as discussões de Pateman (1993) sobre a opressão gerada pelo contrato sexual, a arguta crítica de Fraser (1992) a Habermas sobre as exclusões da esfera pública, a preocupação de Benhabib (2011) com a dignidade e a de Biroli (2013) com autonomia, a ênfase de Phillips (1995) na necessidade de ampliação da democracia e de repensar a questão da representação e toda a discussão de Young (2000) sobre inclusão democrática. As discussões sobre as diferenças entre as mulheres e interseccionalidades na produção de exclusões, feitas por autoras como bell hooks (1981), Crenshaw (1989) e Collins (1998), complexificaram ainda mais a tematização da opressão e dos limites das democracias vigentes. Como um todo, o feminismo é fundamental assinalar a assimetria de relações em várias arenas da sociedade.

Tais debates ressaltam a importância da proteção a minorias (e a grupos oprimidos) no interior da discussão sobre democracia. A democracia não pode ser confundida com uma ditadura da maioria, justamente porque a igualdade deve assegurar a proteção dos direitos de todos. Embora a forma de proteção desses direitos varie (por exemplo, no endosso ou na crítica a ações afirmativas), a questão em si de que ela é importante para a democracia atravessa autores tão diferentes como Madison, Tocqueville, T.H. Marshall e Iris Young.

Ainda no que concerne à dimensão da igualdade, é importante mencionar a defesa de autores como Habermas, Chambers, Bohman e Dryzek por uma igualdade discursiva que

viabilize que discursos, opiniões e perspectivas sejam considerados por sua potência epistêmica e não pelo peso social de quem os profere. No entender desse conjunto de autores, a igualdade na consideração de discursos é um princípio normativo essencial para a democratização.

Neste artigo, está fora de questão cobrir, com um mínimo de precisão, esse amplo debate sobre o tipo de igualdade relevante para a democracia. O que nos interessa, contudo, é evidenciar a centralidade da própria ideia de igualdade para a definição do conceito de democracia.

(5) Competição Política e Pluralismo

A quinta dimensão a ser apontada aqui diz respeito à importância da coexistência entre diferentes interesses, percepções, visões de mundo e opiniões. A democracia não se faz a partir da harmonia e da inexistência de conflito. Ela requer a possibilidade do dissenso, da discordância e, em última instância, da alteridade. Tal cenário, muito provavelmente, oculta a existência de imposições que silenciam perspectivas e interesses diversos.

Em sua defesa da Poliarquia, Robert Dahl (1997) argumentou, convincentemente, que a democracia está substancialmente assentada em *inclusão política* (que remete à dimensão da igualdade) e *abertura à contestação* (o que, aqui, nos interessa). Essa abertura, para ele, deriva do aumento de segurança mútua entre governo e oposição. Democracias requerem pluralidade e não imposição de uma visão de mundo em detrimento de todas as demais.

Antes de Dahl, Schumpeter já havia construído uma teoria procedimental calcada, fundamentalmente, no valor da competição política. Para ele, seria essencial assegurar a justa concorrência entre grupos que disputam poder político, além de uma cultura política tolerante às diferenças. Democracia seria, por definição, uma competição por poder mediada pelo voto e dentro de certas regras. Essas visões influenciam profundamente uma série de estudos empíricos sobre democratização, como os de Huntington (1994) e Lijphart (2008), que ressaltam a importância da alternância de poder na definição da democracia.

Mais recentemente, e em uma chave diversa da schumpeteriana-dahlsiana, alguns autores e autoras têm feito críticas contundentes à aproximação entre democracia e consenso, destacando a centralidade do dissenso. Mouffe (1989) o faz na chave de sua democracia agonística, questionando o suposto foco dos habermasianos na ideia de consenso. Jacques Rancière (1996) condena o que chama de pós-democracia, por sua crença no consenso, e defende uma visão da democracia baseada na ruptura e no dissenso. Em ambos os casos, a ruptura democrática não reside no choque entre opiniões antitéticas, mas na capacidade de deslocar a própria trama que estrutura as opiniões (as *articulações*, no vocabulário de Laclau e Mouffe; ou a *polícia*, no de Rancière). Wendy Brown (2013) atribui o recente fortalecimento de

perspectivas consensualistas no debate democrático ao crescimento e capilarização do ideário neoliberal em diversas arenas da vida social. Também na visão dela, este é mais um dos indícios do enfraquecimento da democracia e do esgarçamento do *demos*.

(6) Discussão e debate de opiniões

A sexta dimensão a ser abordada diz respeito à importância do embate discursivo e da liberdade de expressão para a democracia. Embora ela possa ser aproximada à dimensão anterior, ao salientar a importância do choque de perspectivas, ela se distingue por salientar um componente específico das democracias: os discursos e a formação da opinião.

Democracia tem a ver o emprego de palavras e de símbolos em certos contextos. Os atenienses estruturaram toda a sua democracia discursivamente, salientando a importância da *isegoria* nas assembleias e da *parrhesia* na sociedade. Rousseau chamou a atenção para a importância dos discursos na elucidação da vontade geral. Também Stuart Mill (1961) daria peso fundamental ao choque de opiniões, afinal “o hábito firme de corrigir e completar a própria opinião, cotejando-a com a de outras pessoas, longe de causar dúvida e hesitação ao pô-la em prática, é o único fundamento estável para que se tenha confiança nela” (Mill, 1961, p.25). Opiniões não debatidas perderiam força, vivacidade e ligação com a experiência. É somente no atrito entre uma diversidade de opiniões que se faria justiça à verdade.

A centralidade dos discursos e das trocas comunicativas para a democracia ganha atenção especial no pragmatismo norte-americano, nas discussões de Dewey, Mead e Hook. Para esses autores, a comunicação seria, por definição a base da formação de públicos e da estruturação de um modo de vida democrático. É no choque de opiniões que as sociedades testariam, coletivamente, soluções, moral e politicamente defensáveis, para problemas públicos. Discursos são mecanismos básicos de construção da comunidade democrática e de operação dessa comunidade para a resolução de problemas comuns.

No plano da teoria democrática contemporânea, ganha projeção a discussão de autores deliberacionistas que atrelam a legitimidade democrática ao intercâmbio público de discursos. De base habermasiana, e com forte diálogo com a discussão de ação de Hannah Arendt, essa perspectiva salienta a importância do debate público para o fortalecimento democrático. Há diferenças profundas no interior dessa abordagem, por exemplo, entre os que apostam na capacidade dos minipúblicos, como Fishkin e Fung, e aqueles mais voltados à esfera pública ampla, como Mansbridge, Dryzek, Bohman e Parkinson. No bojo dessa segunda vertente, há de se destacar a importância da mídia na promoção do debate público (Maia, 2008). Independente

dessas diferenças, contudo, há uma defesa da discussão pública como fundamento da democracia.

(7) Defesa do Bem Comum

A sétima e última dimensão a ser aqui abordada é a mais controversa, porque muitos autores e autoras da teoria democrática não concordam que o conceito de bem comum seja central à democracia. Para alguns, como Schumpeter, o bem comum não existe e só é mobilizado para legitimar tiranias e interesses particularistas. Autores mais ligados à pesquisa empírica, como Huntington (1994) temem que a crença na ideia de que a democracia possa fomentar o bem comum gere frustrações e retrocessos em processos de democratização. Há de se acrescentar, ainda, a dificuldade de investigar empiricamente essa categoria: o que é o bem comum? Quais seriam operadores analíticos capazes de captá-lo?

Apesar das controvérsias, o conceito permanece bastante presente nos debates sobre teoria democrática. Ele é central para os autores do republicanismo, atravessando a discussão sobre interesse público. Em Rousseau, por exemplo, o bem comum é a base da vontade geral: “se não houvesse algum ponto em torno do qual todos os interesses se harmonizam, sociedade nenhuma poderia existir. Ora, é unicamente à base desse interesse comum que a sociedade deve ser governada” (Rousseau, 1960, p. 38). A título de ilustração, ainda em uma chave republicana, também convém lembrar a crítica de Arendt à concepção weberiana de poder e a forma como ela articula a ação política à construção do mundo comum. Em autores como Pettit, o bem comum passa pelo questionamento da dominação, o que funda a noção de liberdade.

Também na chave liberal, contudo, é possível encontrar defesas de alguma concepção de bem comum. No utilitarismo benthamiano, por exemplo, a boa sociedade se faz ao promover a maior felicidade para o maior número possível de pessoas, o que seria mensurado a partir de um cálculo entre maximização do prazer e minimização da dor. Em Stuart Mill, por sua vez, o bem comum requereria o desenvolvimento dos indivíduos e o resguardar das liberdades, sendo que o governo representativo seria importante nessa direção. O liberalismo radical de Dewey é profundamente assentado no questionamento do individualismo e na na construção do interesse público. Mais contemporaneamente, na tradição inaugurada por Rawls, o bem comum se vê articulado à possibilidade de assegurar mais liberdade e igualdade, o que requereria, por exemplo, maximizar as condições de vida daqueles situados no inferior das hierarquias sociais.

Aqueles que operam a partir da matriz habermasiana também advogam uma articulação entre bem comum e democracia. O choque público de discursos seria fundamental para a superação de interesses privatistas que não levam o interesse público em consideração. A

publicidade promoveria certo constrangimento na exposição pública dos argumentos, levando à construção de acordos mais atentos à multiplicidade de interesses.

A exposição das sete supramencionadas dimensões buscou apresentar elementos importantes na construção de teorias democráticas. É preciso deixar muito claro que nem todas as dimensões aparecem em todos os autores e autoras. Salientamos, novamente, que as dimensões não devem ser encaradas como tijolos que vão sendo agregados na construção de uma teoria sobre democracia. Também é preciso deixar muito claro, uma vez mais, que há autores e autoras que criticam explicitamente algumas dessas dimensões. O subcampo da teoria democrática é conflituoso e perpassado por muitas tensões e discordâncias, inclusive sobre a definição e a necessidade dessas dimensões. Ademais, essas dimensões não formam uma tipologia com categorias estanques, mas podem se atravessar em múltiplas relações recursivas.

Cabe ressaltar, ainda, que não seria possível e adequado desenvolver, aqui, todas as nuances dessas dimensões. Nosso intuito foi o de mapear, em um sobrevoo, sete dimensões relevantes, a partir de cujas articulações (incluindo a negação) acreditamos ser possível delinear diferentes compreensões de democracia. No restante deste texto, buscaremos mobilizar essas dimensões como operadores analíticos para refletir sobre diferentes compreensões de democracia entre manifestantes das Jornadas de Junho de 2013.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo investiga compreensões de democracia a atravessar discursos de manifestantes das *Jornadas de Junho*. Por *Jornadas*, entendemos o conjunto diverso de atos, protestos e ocupações que ocorreu em dezenas de cidades do país ao longo de junho de 2013. Importante assinalar, de saída, seis aspectos que atravessam nossa compreensão sobre o processo:

- (1) As Jornadas de Junho não começaram, nem acabaram no referido mês, sendo possível reconstruí-las a partir de diversas linhas de causalidade. Muitas outras lutas e várias transformações sócio-históricas as precederam, criando as condições para que elas viessem a se concretizar;
- (2) O fato de este processo histórico, como qualquer outro, ter raízes que o antecedem não retira sua singularidade. A especificidade das Jornadas, que permite que as localizemos, reside, sobretudo, no volume de pessoas protestando em diversas localidades, nas formas como se organizaram e na multiplicidade de questões levantadas;

(3) Justamente pelo volume e pela multiplicidade do processo que nomeia, o termo *Jornadas de Junho* deve ser entendido como um guarda-chuva que encampa ações políticas muito diferentes e profundamente articuladas às realidades locais de mobilização e a questões municipais e estaduais, além das nacionais. Essa sobreposição de camadas é fundamental para entender as Jornadas em sua densidade histórica;

(4) A articulação com os contextos locais não significa que tal processo histórico seja uma coincidente agregação de lutas locais. Entendemos as Jornadas de Junho como parte de um ciclo de protestos mais amplo, vocalizando uma série de insatisfações políticas.

(5) Não concordamos com o argumento de que as Jornadas de Junho foram completamente espontâneas, horizontais e sem base em formas anteriores de mobilização. Tampouco as entendemos como resultados de lutas organizadas que foram se ampliando até aquele momento. Percebemos, em tal processo, uma sobreposição entre espontaneidade e organização, que viabiliza sua singularidade e a potencializa. Sobreposição essa que percorre diferentes caminhos em diferentes localidades, mesmo porque as redes pré-existentes de mobilização são diversas em cada contexto.

(6) Calcados na discussão sobre oportunidade política feita por Tarrow (1998), entendemos que essa ação coletiva emergiu a partir de mudanças no cenário sócio-político, mas, que sua própria emergência abriu novas oportunidades de protesto para diversos atores políticos, diferentemente situados no espectro político. Isso ajuda a entender os desdobramentos da política brasileira em 2014, 2015 e 2016, o que não significa, todavia, que atribuamos às Jornadas a ascensão da polarização e da violência. Junho de 2013 se insere em um processo ambivalente, sendo preciso pensá-lo como tal.

Expressos estes aspectos, tomamos as Jornadas de Junho a partir da narrativa que as entende como um processo cujo gatilho são os atos contra o aumento da tarifa puxados pelo Movimento Passe Livre em São Paulo. O contexto internacional de protestos (inclusive com as manifestações da Turquia em andamento), a visibilidade dada ao país pela realização da Copa das Confederações (em um cenário de indignação latente com gastos para megaeventos) e a brutalidade da polícia na repressão a alguns atos impulsionaram os conflitos que logo se espalharam pelo país. A euforia gerada pela possibilidade de fazer história – de participar de um processo político de tal monta – também atua como componente relevante do processo. A partir desse gatilho e com esse combustível, o fogo alastrou-se com facilidade em um contexto em que não faltavam razões para protestar: desigualdades sociais, cerceamento a direitos (incluindo o direito à cidade), corrupção, baixa qualidade de serviços públicos, insulamento da esfera política. Tudo isso em um Brasil bastante transformado pelo desenvolvimentismo observado nos dois mandatos do Presidente Lula e pelas coalizões políticas em vigor (Nogueira, 2013; Ricci e Arley, 2013; Judensnaider et al., 2013; Ortellado, 2013; Rolnik, 2013; Maricato et al., 2013; Castells,

2013; Nobre, 2013; Ferreira, 2015; Mendonça e Ercan, 2015; Mendonça, 2015; Malini et al., 2016).

Neste artigo, não buscaremos debater as nuances desse processo, suas causas e consequências. Nosso objetivo é o de mapear compreensões de democracia a atravessar a profusão de opiniões que constituem as Jornadas de Junho. Na pesquisa mais ampla em que se insere este texto, buscaremos trabalhar com os discursos proferidos em grupos focais realizados em capitais brasileiras, com conteúdo publicado em redes sociais e com entrevistas junto a participantes dos protestos em Belo Horizonte e São Paulo. Este artigo se debruça, especificamente, sobre esta última porção do *corpus empírico*.

As entrevistas foram realizadas a partir de um mapeamento inicial de coletivos centralmente envolvidos nas Jornadas de Junho de 2013 em ambos os municípios, sendo este mapeamento baseado na literatura existente sobre o processo. Na sequência, adotou-se o procedimento de bola de neve, de forma a contatar pessoas indicadas nas entrevistas iniciais. Buscou-se assegurar, ainda, a realização de entrevistas com pessoas não vinculadas a coletivos. Importante destacar, aqui, que não se entendem os municípios de São Paulo e Belo Horizonte como representativos das Jornadas de Junho na sua integridade. Tampouco se reivindica que a coleta é representativa do universo de centenas de milhares de pessoas que participaram dos protestos no país. Ela foi construída por conveniência, dada a relevância de São Paulo e Belo Horizonte no processo e dada a atuação desses coletivos e sujeitos nas Jornadas. E fica clara a existência de uma sobre-representação de indivíduos que se identificam como “de esquerda”, ainda que haja posicionamentos políticos distintos, incluindo pessoas que criticam “a esquerda”.

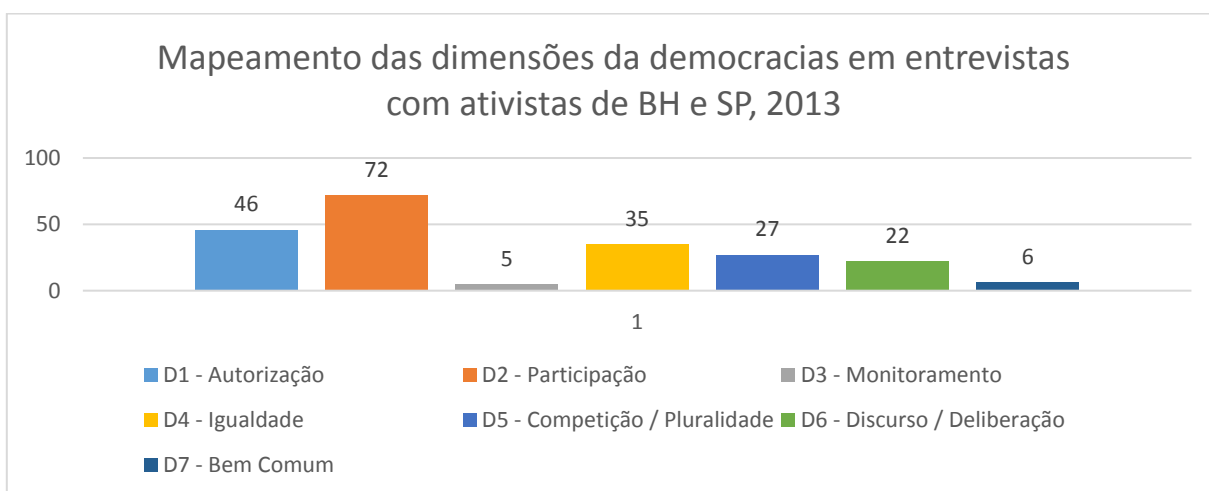
O estudo não se propõe, assim, a apresentar “a” suposta opinião pública sobre democracia. De ordem qualitativa, ele pretende levantar *insights* para a teoria democrática sobre compreensões da democracia presentes nas manifestações de 2013. Importante assinalar que as entrevistas semiestruturadas não indagavam, diretamente, sobre democracia. Tratava-se de um questionário mais amplo sobre os protestos, seus atores e disputas. A atenção à democracia vem, assim, indiretamente ao longo das questões. Por fim, cabe frisar que tivemos-nos a menções explícitas ao termo e a derivações dele. Apesar dos limites de tal estratégia, com isso, viabilizamos uma análise um pouco mais focada.

As dimensões da democracia na ótica de manifestantes de 2013

A análise aqui apresentada busca assinalar como cada uma das supramencionadas dimensões aparece, ou não, em nosso *corpus empírico*. Antes dessa exposição qualitativa, todavia, interessa-nos apresentar alguns dados gerais sobre esse *corpus*. Nas 50 entrevistas

analisadas, dez não mencionaram a palavra democracia. As outras 40 o fizeram; algumas de forma bastante intensa e outras de forma mais breve e tangencial. No total, identificamos 305 menções à palavra democracia e a termos dela derivados: democrático, antidemocrático, democratizante etc. Essas menções foram, então, recortadas em *blocos de sentido*, que permitiriam compreender o contexto semântico em que o termo era mobilizado. Trabalhamos, assim, com 140 desses blocos, que nada mais são do que excertos das entrevistas. Alguns desses excertos contêm muitas menções à democracia, ao passo que outros possuem apenas uma menção. O comprimento desses excertos também varia muito. O que buscamos foi recortar trechos que viabilizavam entender o contexto de uso do termo em questão.

Partindo desses 140 excertos, fizemos um mapeamento inicial das dimensões mobilizadas. Tal contagem, não implica uma valorização a certa dimensão, já que ela pode aparecer como alvo de críticas. Feita essa contabilização, identificamos o seguinte cenário:



Fonte: Projeto: Protestos e engajamento político

O gráfico indica a força das dimensões de participação, autorização e igualdade na fala dos participantes dos protestos entrevistados. Todos estão presentes em mais de um quarto dos excertos, sendo que a dimensão da participação aparece em mais de 51% deles. As dimensões de competição e pluralidade aparecem em menos de 20% dos posts e pode-se considerar que a de monitoramento e a de bem comum são irrisórias em nosso *corpus* empírico.

Feito esse mapeamento, que, reiteramos, tem objetivo meramente introdutório, interessa-nos discutir, agora, como cada uma das dimensões é mobilizada nas entrevistas.

(1) Autorização para o exercício do poder político

A primeira dimensão deixa clara a importância de um olhar qualitativo sobre os dados. Apesar de sua aparente força, ela é mobilizada, em grande medida, sob a ótica da crítica. São recorrentes os excertos que questionam as eleições, a representação, o sistema político e a democracia representativa de uma forma mais geral.

*Quando a gente vai pensar na disposição para poder encarar as coisas e permitir o surgimento de ambientes democráticos mesmo? **Sociedades democráticas de fato, não só essa coisa de representação que esse nosso sistema de governo propõe.** (Entrevistado 2, BH)*

***é o esgotamento do sistema da democracia representativa liberal hoje assim. [...] Junho também era um grito contra esse sistema representativo que tem a corrupção como; está na sua estrutura, no seu genótipo, assim.** (Entrevistado 8, BH)*

***eu acho que essa nova agenda democrática se encontrou com uma insatisfação com o regime político. [...] O que unificou toda essa pulverização de reivindicações foi uma crítica aguda ao regime político. Acho que tem um certo esgotamento, um certo cansaço do que é o regime de 88, né?** (Entrevistado 24, SP)*

As falas evidenciam descrença em relação ao potencial democrático das eleições e do regime político. Democracia “de fato” não seria “essa coisa de representação”. O modelo representativo estaria “esgotado” e haveria um “cansaço” do regime de 1988. Alguns entrevistados usam expressões como “a dita democracia” e questionam o que chamam de “o autoritarismo próprio das democracias liberais representativas e participativas” (Entrevistado 40, SP). Para alguns, as instituições democráticas seriam um aparato de dominação.

Quem pede democracia? Burguês. Quem quer democracia é burguês, porque a democracia representativa ou democracia, sei lá, esses modelos democráticos quem precisa disso é a burguesia. (Entrevistado 31, SP)

*A democracia serve, através de seus instrumentos de hegemonia, pra escoar esse sentimento de mudança e manter, não um domínio, mas uma direção da sociedade por via hegemônica. **Pra isso você precisa... Pra ser hegemônico, precisa daquela válvula de pressão, de vez em quando, dar uma escapada [...] uma eleição aqui, a outra eleição lá** (Entrevistado 33, SP).*

É recorrente, assim, a crítica ao voto, como procedimento de autorização para o exercício do poder. Como veremos na próxima seção, o peso dessa dimensão em nosso *corpus* empírico aparece sob o signo da negatividade, para fortalecer uma defesa de democracia direta. Há, todavia, algumas exceções em que essa dimensão aparece de forma não negativa. Ela aparece, por exemplo, quando se defende a reforma política ou na tematização de experiências políticas que poderiam renovar o sentido da autorização eleitoral.

*o Podemos na Espanha. Que é um partido que nasce desse clamor social contra a ditadura das finanças representadas pelos interesses garantidos pelos políticos da vez, que não representam mesmo a sociedade espanhola, enfim. **E aí é um partido que vem desse desafio, que ele está dentro da democracia representativa, mas ele***

busca minar, busca construir ferramentas que coloquem em cheque essa representação, esse modelo representativo. Então, eu acho que cabe a nós perceber pontos em comum com esses outros processos, na América Latina também (Entrevistado

Apesar da crítica à representação, nota-se a ideia de que institucionalidade da democracia representativa pode ser mobilizada em direção a mais democratização. Uma forma específica de atuação partidária é vista como ressignificando a própria representação. Reiteramos, todavia, que são raras as afirmações nessa direção.

(2) Participação e autogoverno

As ideias de participação e autogoverno são absolutamente centrais para entender a visão mais recorrente de democracia em nosso *corpus* empírico. Entrevistados e entrevistadas salientam, reiteradamente, a importância de formas de democracia direta e de práticas horizontais de autogestão em diversas instâncias da vida social. A manifestação pública das pessoas seria a própria alma da democracia.

*foi uma multiplicidade, principalmente de jovens, que tava pela primeira vez fazendo **democracia direta**, assim. **E insatisfeita com uma certa democracia representativa; não participativa** (Entrevistada 11, BH)*

*apesar todas as pautas serem legítimas, que foram educação saúde e copa, pra mim é o **fortalecimento da democracia direta, é o povo sentindo empoderado para fazer suas decisões**, não esperar alguém falar por elas. (Entrevistado 20, BH)*

*o que se queria em Junho era mais democracia. Era a **radicalização da participação, o questionamento a impermeabilidade da participação**. E eu acho que se faz essa discussão muito por uma certa lógica de refletir a política que tem a ver com o eleitoral e tem a ver com a polarização entre PT e PSDB (Entrevistado 24, SP)*

***Eu acho que é um mesmo sentimento, uma vontade de uma democracia participativa**, e também contra a austeridade, acho que são esses pilares. (Entrevistada 32, SP)*

Os excertos revelam uma demanda por mais participação direta. Democracia se faria na rua em manifestações abertas e públicas. Apesar da multiplicidade de pautas e interesses ali presentes, haveria uma comunalidade expressa na defesa da democracia direta, sendo que essa é frequentemente contraposta à democracia representativa:

***Eu acho que a democracia ela tem a ver com o autogoverno, ela tem a ver com as pessoas poderem participar ativamente das decisões que as afetam** e eu acho que é tem a ver com igualdade, ao acesso ao poder, e eu acho **que são coisas que não existem ainda, no nosso sistema, apesar de falarem que a democracia chegou que o regime militar acabou**, e de fato no nome talvez tenha acabado mesmo. (Entrevistado 14, BH)*

É um problema superestrutural da forma de representação; da forma como a democracia brasileira se organizou e separou a sociedade da possibilidade de escolha política (Entrevistado 33, SP)

O entrevistado 14 defende a ideia de participação ativa e acesso ao poder, argumentando que o sistema existente talvez seja democrático apenas no nome. Contra a representação, seria preciso assegurar possibilidade de escolha política efetiva aos cidadãos. Escolha esta que se veria frequentemente minada pela maneira como determinadas formas de poder, sobretudo o econômico, cerceiam a efetiva expressão popular

essa captura que uma empresa privada realiza sobre a democracia e sobre o Estado brasileiro, e a gente começa já, desde aí essa disputa de sentido (Entrevistado 18, BH)

A captura a que se refere o entrevistado seria antidemocrática porque impede que as decisões sejam efetivamente tomadas pelos cidadãos.

Na defesa da democracia direta e da implementação de chances mais concretas de escolha para os cidadãos, são destacados muitos planos de ação política e instituições. A participação é tema relevante para pensar não apenas a política nacional, mas também as decisões locais e os coletivos e associações de que alguns dos entrevistados fazem parte. É interessante observar, por exemplo, como as próprias arenas participativas dos protestos são discutidas a partir da noção de democracia. É o caso das Assembleias Populares observadas em Belo Horizonte:

*é uma assembleia que ela se faz horizontal. Ela se organiza horizontalmente, coletivamente, sem vínculo com nenhum partido, sem vínculo com nenhum movimento, que adota a democracia direta, onde qualquer grupo, movimento e pessoa, indivíduo pode entrar. [...]Então **garantir de fato a autogestão e a democracia direta.** (Entrevistado 12, BH)*

a gente falou assim: o modelo mais democrático é o modelo de sorteio; óbvio que é o modelo de sorteio; quem vai presidir a mesa é sorteio. Aí quem é sorteado é um guarda municipal, extremamente autoritário. Aí você fala “caralho, quem inventou essa porra?” Não dá certo, tanto que ele foi deposto no meio da sessão. (Entrevistado 13, BH)

Os trechos supracitados permitem vislumbrar discussões sobre a dimensão democrática das assembleias. As ideias de autogestão, horizontalidade e produção coletiva podem fortalecer uma ideia de democracia direta. No entanto, a implementação desses ideais é complexa e faz surgir dúvidas. O entrevistado 13 menciona a tentativa de uso do sorteio na estruturação das Assembleias e o desencanto com os resultados da opção. Nesse sentido, se são recorrentes os elogios à horizontalidade e à participação, também se fazem notar algumas críticas às consequências de tais premissas.

***Não necessariamente tudo o que é horizontal é democrático [...]** Nas assembleias horizontais, por exemplo, eu fui, participei. Quem gritasse mais alto conseguia se inscrever. Isso não é democrático, isso é horizontal e horizontal acaba perdendo a*

democracia da história. [...] Só porque todo mundo parece estar no mesmo... Parece! Porque não está na mesma condição ali, mas tem outros elementos que acabam cerceando essa possibilidade da participação mesmo das pessoas. (Entrevistada 16, BH)

A entrevistada defende a participação democrática, mas questiona o tipo de participação engendrado pelo formato de horizontalidade das Assembleias. Democracia não poderia ser entendida como uma disputa entre quem grita mais alto, devendo assegurar formas mais igualitárias de participação.

Importante mencionar, ainda, e por fim, a existência de algumas entrevistas que questionam formas e consequências da participação. Embora isso apareça em poucos fragmentos, é possível vislumbrar algumas ressalvas à participação nas entrevistas.

os mesmos manifestantes que pedem fervorosamente por democracia são os mesmos que estavam gritando sem partido e eu não me acho no direito nenhum, de definir ou não se uma manifestação popular, na rua, numa via pública pode ou não ter partido (Entrevistado 7, BH)

a gente foi evoluindo na organização política no seguinte sentido: a gente criava fóruns amplos, que eram o verdadeiro simulacro do inferno, onde a gente tinha uma ilusão de democraticamente estar fazendo um fórum de luta contra o aumento [...] pra não ficar só o MPL decidindo sozinho, né? E era muito uma pressão de como começou o MPL, que os partidos achavam que era uma luta de todo mundo e das entidades, e que a gente tava monopolizando a luta. Depois, a gente chegou à conclusão de que é uma grande babaquice esse argumento né? [...] A gente chegou na contradição de que quanto mais democrático mais fechado era, porque veja só: faço um panfletinho lá : “reunião aberta da rede de luta contra o aumento, segunda-feira, oito horas, tal lugar...”. Todas as juventudes de partido vão se organizar pra ir pra “encher muito o saco”, principalmente militante que é liberado... A gente vai “se foder”. E quem é o cara que trabalha, estuda a noite, mora longe... tal cara não vai, porque essas reuniões, pela dinâmica da esquerda tradicional demoram 12 horas. Porque eles não querem encaminhar nada, eles querem disputar programa. [...] Então a gente queria ser democrático, mas esbarrava nessa contradição... (Entrevistada 23, SP)

ainda é uma lógica machista, que desconsidera as horas de trabalho doméstico das mulheres, que ainda trabalham mais que os homens, discutindo menos política ainda que os homens, caso a democracia direta seja aplicada hoje. Então você tem passos pra dar, eu acho que a democracia, eu não gosto de usar a democracia direta, pra mim é o auto governo dos trabalhadores, é o fim do processo não o começo. [...]é assim que eu vejo essa questão da democracia direta, esses negócios de movimentos horizontais e tal, desculpa gostaria muito, mas não dá. (Entrevistado 33, SP)

O entrevistado 7 argumenta que a participação direta pode silenciar certas vozes e atuar autoritariamente. A entrevistada 23 narra processos organizacionais de um coletivo, evidenciando como uma dinâmica participativa mais ampla poderia minar a autogestão do próprio coletivo e suas compreensões. Por fim, o entrevistado 33 aponta limites profundos da maneira como a participação se manifesta na prática. Nos três casos, notam-se temores em relação à prática da

participação. Apesar da reprodução dessas ressalvas, aqui, destacamos, novamente, que elas são raras. No geral, as entrevistas fazem uma enfática defesa da democracia direta.

(3) Monitoramento e vigilância sobre o poder político

Nas entrevistas que compõem nosso *corpus empírico*, a questão do monitoramento e da vigilância sobre o poder é muito rara, aparecendo, de forma quase tangencial, em apenas cinco dos 140 excertos. De uma forma inclusiva, consideramos aqui falas que fazem referência a algum tipo de controle ou à transparência. O entrevistado 14, por exemplo, advoga a necessidade de maior controle sobre o sistema econômico para que o poder popular possa emergir de fato. O entrevistado 37, por sua vez, diz que transparência era uma das demandas das manifestações, para frisar o que parece ver como uma hipocrisia da ideia de democracia de muitos manifestantes.

Inclusive nos países do centro né, Estados Unidos e alguns países da Europa, você teve uma ruína do estado de bem estar social, há muito tempo né, na verdade. Mas eu acho que nos últimos anos, com a crise econômica, a pau quebrou pro lado principalmente dos mais pobres, da classe trabalhadora, e aí você teve manifestações por democracia, por um maior controle do sistema financeiro... por maior poder popular de fato em oposição a esse poder do capital. (Entrevistado 14, BH)

Então tem coisas, o pessoal pedia muito transparência, democratização, etc, mas são os mesmo que trabalham em empresas elitistas antidemocráticas e que maltratam o ascensorista, o porteiro e não conversa com o faxineiro (Entrevistado 37, SP)

Fica claro que as menções ao controle do poder são bastante gerais e pouco atentas à dimensão institucional do controle. Observa-se, também, certa descrença na efetividade desse controle individualizado feito por meio de tecnologias da comunicação.

todo mundo praticamente tem esses dispositivos, você vê morador de rua com esses celulares que tiram foto, e que se recarregar um real na TIM a pessoa consegue compartilhar [a foto] no Facebook. Então o acesso é muito fácil, mas se criou, e não à toa, não sem pretensão política alguma, né?, se criou uma imagem como se você tivesse uma democratização da mídia que é coisa que de fato não existe. Então “foda-se” que um monte de gente gravou que matou o camêlo, um monte de gente gravou aquilo no celular, “foda-se”! Se não tem vontade política, se não tem vontade da grande imprensa disso “bombar”, pode ter cinco mil pessoas gravado a mesma coisa e “bombado” no Twitter. Vai dar uma “bombadinha”, vai ter o seu alcance, o que é legítimo, acho que é bom eu ter visto também o vídeo, eu acho bom, não estou falando que é negativo, mas cria-se um fetiche de democratização da mídia que de fato não existe. (Entrevistada 23, SP)

Nota-se, em síntese, que a questão da vigilância, da transparência e do controle, aparece de forma muito periférica, sem atenção à questão institucional dos controles e atravessada por críticas ao efetivo potencial do controle exercitado individualmente no cenário contemporâneo de *abundância comunicativa*.

(4) Promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados

A quarta dimensão a ser discutida emerge em fragmentos que deixam transparecer uma preocupação fundamental com igualdade e com a proteção de direitos fundamentais. Tais excertos deixam vislumbrar a presença de um ideal normativo calcado na noção de igualdade, que possibilita criticar assimetrias e desigualdades existentes.

[Querem democracia] mas são os mesmo que trabalham em empresas elitistas antidemocráticas e que maltratam o ascensorista, o porteiro e não conversa com o faxineiro [...] O que existe no Brasil é uma democracia formal e elitizada. (Entrevistado 37, SP)

o que que se entende por democracia, é democrático pra quem? [...] É um grande mistério, eu acho que a gente não a vive plenamente, não sei qual que seria o caminho para a gente vive-la se essa democracia e essa utopia que a gente sonha mesmo de todo mundo ter espaço, não sei o quê, de ter voz, de ter vez, não sei se isso é tão possível assim, sem ter sempre alguém que está ali se sentindo excluído e sem voz, né? (Entrevistada 5, BH)

A democracia ela é muito poderosa, quando você fala do ponto de vista da maioria ganhar da minoria, e a constituição vem pra impedir que essa maioria aniquile a minoria. [...] Só de não ter um Estado isonômico, você já tem um estado de exceção (Entrevistado 29, SP)

As falas tematizam as desigualdades existentes e argumentam que isso coloca em xeque a existência da democracia. A democracia formal seria elitista por permitir a reprodução das assimetrias. Uma democracia em sentido mais forte deveria fortalecer a isonomia de todos perante o Estado, assegurando que todos tenham voz e vez. Para tanto, faz-se preciso proteger minorias ou grupos minorizados.

É no escopo dessas proteções que se nota a defesa de direitos como agenda fundamental para a democracia. É também nesse sentido que se observam reivindicações por mais igualdade econômica como basilares ao fortalecimento da democracia.

se você pegar o que foi a democracia grega, é uma ditadura; uma democracia em que quem governa a produção são as mulheres e quem trabalha são os escravos e nenhum dos dois tem nenhum direito à fala. Não é democracia. A origem do conceito tem problema. Não é o que fala que é. [...]. Esse é o problema das histórias das democracias diretas. Pensa o seguinte: hoje, pra gente discutir política, gasta tempo. Quantas horas as pessoas trabalham, somadas com as horas que elas gastam no transporte público e as horas de sono? Sobra quanto? E em que hora ela vai debater política? Uma revolução política é produto de uma revolução econômica, você precisa criar condições econômicas pra libertar os trabalhadores da opressão econômica, precisa de tempo para debater política e aí a revolução não começa com a democracia direta. (Entrevistado 33, SP)

O entrevistado 33 argumenta que a igualdade econômica seria definidora da própria noção de democracia, fazendo-se necessária uma profunda transformação nas condições

econômicas para poder “libertar” os trabalhadores para a participação política. É o ideal normativo da igualdade que baliza a compreensão de democracia.

Na defesa dos direitos, um tema que aparece com frequência no *corpus empírico* é a questão do acesso à cidade. Muitas entrevistas indicam que assegurar condições para que todos possam acessar a cidade de forma mais igualitária é essencial à democracia.

um descontentamento de todos os lados com esse modelo e acho que isso veio obviamente por uma mobilização de uma pauta de esquerda, que é o transporte público, tarifa zero, transporte público, acesso democrático a cidade e tudo mais. (Entrevistada 35, SP)

Uma outra maneira como a dimensão da igualdade se manifesta em nosso *corpus empírico* é na tematização, já mencionada, da ideia de horizontalidade dos coletivos. Tal ideia se assenta na premissa de que organizações democráticas seriam não verticais, considerando todos os seus membros como iguais. Na discussão sobre participação, já trabalhamos excertos que salientavam esse ideal. Retomamos mais um excerto, aqui, para evidenciar como a temática da horizontalidade era atravessada por discussões sobre as assimetrias internas dos coletivos:

uma das motivações para se começar a desarticular e perder força foram as reflexões sobre a questão machista dentro da ocupação. De homens que estavam ali e que estavam desrespeitando as meninas. E estavam tomando posicionamentos tanto machistas quanto homofóbicas e transfóbicas. E tanto que isso foi gerando um ambiente difícil, complexo, tenso, inclusive, de pontos de quase as pessoas brigarem fisicamente [...].Então assim, o quanto que algumas coisas ainda têm que ser trabalhadas para que a gente consiga trabalhar a coletividade e a democracia de uma forma mais plena. (Entrevistado 3, BH)

Um coletivo democrático seria horizontal por suprimir assimetrias e formas de opressão, assegurando, por exemplo, que homens e mulheres participem em pé de igualdade. Na base da democracia está o tratamento igualitário, mesmo que seja, ironicamente, na distribuição democrática da violência do Estado.

Foi a primeira vez, que a polícia democraticamente atingiu pobres, negros, classe média e universitários. Eu digo por mim, até então, eu não tinha medo de andar na rua quando eu via um policial (Entrevistado 13, BH)

Democrático, em suma, seria aquilo assentado na igualdade, fazendo-se preciso questionar assimetrias e empoderar minorias para que a democracia se torne mais substantiva.

(5) Competição Política e Pluralismo

A dimensão de competição e pluralismo aparece, em grande medida, no tratamento dado à existência de uma multiplicidade de perspectivas e posições em disputa no cenário político.

Algumas entrevistas valorizam a multiplicidade constitutiva das manifestações e a possibilidade de visualização das contradições que atravessam a construção do comum.

a arena de disputa é a rua, é preciso ir para a rua, é preciso ser parte. Isso já é uma concepção democrática muito importante, de que as pessoas tem que ser protagonistas. (Entrevistado 24, SP)

*Quando a gente vai pensar na disposição para poder encarar as coisa e permitir o surgimento de ambientes democráticos mesmo, sociedades democráticas de fato, não só essa coisa de representação que esse nosso sistema de governo propõe. [...] É justamente isso que o [nome] falou. **É onde a contradição se dá.** Você quando estiver, por exemplo, em um ambiente de assembleia, você está se permitindo aceitar a experiência na prática. Nesse sentido, de que assim: “estamos todos aqui em prol de algo que é comum”, **mas na construção desse comum a contradição aparece..** (Entrevistado 2, BH)*

Junho recolocou o caráter agonístico das relações de poder (Entrevistado 40, SP)

Também situamos nessa categoria, excertos que falam das tentativas de pluralização de grupos e coletivos engajados no processo político.

*a gente discute a tentativa que a esquerda vem fazendo de se tornar menos machista, menos homofóbica, de dar espaço, **de dar vozes a esses outros oprimidos, a pensar não só em termos de classe, mas tentar pensar em termo de gênero e etnias e tudo mais** (Entrevistado 25, SP).*

Mais frequentemente, contudo, a dimensão da pluralidade aparece para questionar situações que abafam a emersão da pluralidade, colocando em xeque a aparição pública da dissonância. Isso aparece tanto na crítica a discursos sectários dos manifestantes, como na tematização da pouca abertura da ordem democrática a um pluralismo contestatório.

*acho que a palavra mais falada no país assim é democracia. E é uma democracia pra lá, pra cá, democracia, democracia... **Só que os mesmos manifestantes que pedem fervorosamente por democracia são os mesmos que estavam gritando sem partido e eu não me acho no direito nenhum, de definir ou não se uma manifestação popular, na rua, numa via pública pode ou não ter partido.** (Entrevistada 10, BH)*

A verdadeira face do Estado é aquela ali, do Estado repressor, que assim: é democrático enquanto as pessoas estiverem aceitando ser exploradas [...] Quando a gente concorda com tudo que está aí, é tudo muito democrático. (Entrevistado 9, BH)

*Ah democracia... a **democracia, ela é boa quando a nação está em ordem. A ordem é o povo trabalhando caladinho. Fazendo movimento aqui e ali, toma uma spreyzada de pimenta.** [...] quando o povo começa a se levantar, aí a democracia já não vale mais nada e aí o Estado opera na repressão (Entrevistado 12, BH)*

As falas apresentam críticas à democracia do consenso, que impede e reprime a crítica, e a dissonância. Seja na tentativa de eliminar certas bandeiras das manifestações, seja no emprego da violência estatal, haveria estrangulamentos à expressão da pluralidade. De modo interessante, os excertos supracitados se ancoram, por diferentes caminhos, na centralidade da

dissonância para a estruturação da via política. Curiosamente, contudo, também é possível encontrar trechos em que tal dissonância não é tematizada positivamente:

*a priori todos tem o direito de se manifestar, se você espera viver numa democracia a lógica é essa. Mas é que as pessoas protestam por coisas “bosta” como, por exemplo, a volta da ditadura, né. **Ainda assim o infeliz tá exercendo o direito de se manifestar né, que é essa coisa anacrônica pra “cacete”.** [...] Eu acho que o maior problema que eu tinha ali era estar participando da mesma manifestações que aquelas pessoas (Entrevistada 21, SP)*

***o movimento tem que ter o mínimo de responsabilidade política, no sentido de não permitir que grupos, numa manifestação nossa, absolutamente minoritários, queiram dar o tom da manifestação, isso não é democrático, né? Dizer que isso é democracia... Me desculpe.** [...] Desde a década de 80 quem está nas ruas são os movimentos sociais populares, operais e de esquerda. De junho de 2013 pra cá isso mudou. **A direita começou a ir às ruas. Isso, evidentemente, é algo que deve ser combatido, é algo que todos os militantes devem se opor.** (Entrevistado 22, SP)*

É possível notar, nos fragmentos, uma crítica à própria expressão da divergência em algumas situações. O direito de se manifestar é tido como anacrônico, pela entrevistada 21, por colocar pessoas com posições muito diferentes lado a lado. O entrevistado 22, por sua vez, diz da necessidade de um coletivo manter o controle de suas ações políticas, sem se deixar levar por grupos minoritários. Além disso, ele afirma que a ida da direita para as ruas deve ser combatida. Em ambos os casos, é possível notar uma concepção de democracia marcada por uma defesa da expressão da maioria, seja para assegurar certos processos internos a um coletivo, seja para disputar espaço e combater uma visão tida como emergente.

(6) Discussão e debate de opiniões

Como exposto na primeira parte deste texto, não estamos restringindo a dimensão da discussão pública à abordagem deliberacionista de democracia. Isso é importante para entender a forma ampla como percebemos esta dimensão em nosso *corpus* empírico. Em grande medida, notamos que a importância da fala, da expressão, aparece em defesas da liberdade de expressão.

***Levanta a bandeira que pode sim, isso é democrático, é direito nosso e quem quiser levante sua bandeira e vamo pra luta** (Entrevistado 9, BH)*

*eu estava com um boné do MST e tinha um cara grande, alto, forte, bebendo cerveja, falando “tira esse boné menina” e intimidando, de alguma forma, **retirando a minha liberdade democrática de expressar o que eu queria expressar.** (Entrevistada 28, SP)*

***Nós vivemos em sociedade aberta e democrática e acho que os grupos têm autonomia para se manifestar.** (Entrevistado 4, BH)*

liberdade de expressão, que é um valor universal da democracia [...], ela foi entendida de maneira inversa, [...] o importante da liberdade de expressão [...] não é você dizer o que você quer. O importante é você ter o direito garantido de ser impactado por ideias que você não ia conseguir pensar por sua conta (Entrevistado 27, SP)

Os excertos evidenciam uma defesa do direito de se colocar e de se expressar como fundamentais à democracia. De modo interessante, o entrevistado 27 dá um passo em direção à problematização do próprio sentido da liberdade de expressão, argumentando que ela se insere no quadro de um valor mais amplo, marcado pelo pluralismo informacional. Nesse sentido, convém assinalar, que a pauta da *democratização da comunicação* também se faz presente nas entrevistas, emergindo como uma das demandas de Junho de 2013. Já mencionamos, um excerto da entrevistada 23 que aborda este tema. Abaixo, ilustramos mais uma menção a ele:

*[Entre as pautas:] Em relação à educação, que era o pagamento salarial do piso dos professores, implementação do passe livre, fora Feliciano, regulamentação do plano nacional dos direitos humanos, **democratização da mídia**...* (Entrevistado 6, BH)

Se a defesa da liberdade de expressão é a forma mais recorrente de aparecimento dessa dimensão em nosso *corpus*, também é possível vislumbrar a defesa do debate público em alguns excertos. Essa defesa está frequentemente articulada a práticas desdobradas de Junho, como as assembleias horizontais e os procedimentos internos de alguns coletivos, mas também aparece em uma defesa mais ampla da relevância da discussão pública.

eu tenho a impressão de que a política entrou de alguma forma na vida das pessoas, o “debater”, ou o “ser um agente político” né? (Entrevistado 25, SP)

Se eu não tiver disposto a essa troca, a esse compartilhamento e entendimento, realmente nós não temos como construir igualmente e horizontalmente em situação nenhuma. (Entrevistado 3, BH)

*Era melhor a gente, com os militantes que chegavam no movimento, da base, **discutir o que a gente tem que discutir, e deliberar o que a gente tem que deliberar*** (Entrevistada 23, SP)

Há, todavia, uma voz dissonante que questiona a própria importância dos discursos e da expressão como essenciais à realização de um projeto político visto como mais justo:

*e não tenho problema nenhum com o autoritarismo, nenhum. Pra mim, a democracia é um autoritarismo de outro jeito. **A premissa fundamental não é que todos falem; a premissa fundamental é que a sociedade mude*** (Entrevistado 33, SP)

Curiosamente, a crítica ao direito de fala vem acompanhado da própria negação da democracia. O importante, para o entrevistado 33, seria uma sociedade voltada à promoção de certo ideal substantivo, o que não dependeria de democracia ou da expressão dos sujeitos.

(7) Defesa do Bem Comum

É importante apontar, aqui, que é muito difícil operacionalizar a dimensão do bem comum, mesmo porque ela se sobrepõe a outras como a busca da igualdade, a proteção de minorias e o pluralismo. Reconhecendo essa questão, assinalamos que há alguns, ainda que poucos, trechos em que a ideia de bem comum é tematizada de forma mais explícita. Isso aparece tanto na defesa da construção do comum, como na crítica da privatização do público.

*Você quando estiver, por exemplo, em um ambiente de assembleia, você está se permitindo aceitar a experiência na prática. Nesse sentido, de que assim “**estamos todos aqui em prol de algo que é comum**”, mas na construção desse comum a **contradição aparece**. (Entrevistado 2, BH)*

*era a pauta sobretudo da crítica e arbitrariedade desse mega evento da forma como a FIFA capturava né o Estado brasileiro e a nossa própria democracia que foi o que a gente viu com junho de 2013. Milhares de pessoas foram impedidas de transitar pela cidade, porque a **polícia militar tava garantindo um direito privado que a FIFA estabeleceu** sobre o território da cidade de Belo Horizonte, então essa grande contradição assim (Entrevistado 18, BH)*

O primeiro excerto, já mobilizado em outra seção, apresenta uma defesa da construção do comum a partir das contradições. O segundo tematiza uma alegada privatização de espaços e instituições públicos por uma empresa privada. É possível notar a defesa do bem comum também na preocupação com a qualidade dos serviços públicos:

a gente já tem hospitais padrão fifa: superfaturado, roubado... eu não quero padrão fifa. Eu quero um padrão brasileiro bom; padrão democrático. (Entrevistado 27, SP)

Em nova crítica à Fifa, vê-se a defesa de um serviço de qualidade como democrático. Democracia, aqui, tem a ver com essa capacidade de prover serviços adequados à coletividade.

Discussão em busca de conclusão

Os dados aqui apresentados são sugestivos. De maneira simples e pouco nuançada, é possível dizer que eles deixam clara a força dos ideais participacionistas, manifestos em conceitos como autogestão e horizontalidade. A definição de democracia é recorrentemente marcada por uma aposta na expressão dos sujeitos e no engajamento direto e perene com a política. Também merece menção a preocupação com direitos fundamentais e com valores igualitários, entendidos como fulcrais para a democracia. Democracia parecer ser vista como forma de engajamento coletivo para a produção substantiva da igualdade, o que é interessante.

No entanto, chama a atenção a pouca preocupação com regras e instituições que assegurem a democracia, incluindo aí a questão do monitoramento de poderes. A crítica veemente às instituições democráticas vigentes parece caminhar para uma negação da própria institucionalidade da democracia e para um apagamento das múltiplas dimensões que

atravessam o debate democrático. É escassa a atenção a procedimentos, regras e balizas institucionais, importantes para promover a participação sustentada entre iguais e a proteção de múltiplas minorias dissonantes. Tais achados são distintos daqueles encontrados por Moisés (2010), em seu estudo mais amplo sobre a compreensão de democracia pelos brasileiros. Moisés identifica poucas referências a dimensões substantivas/sociais da democracia e uma maior preocupação recente com dimensões procedimentais. O dados do autor permitem-lhe argumentar que, apesar da crítica e da desconfiança em relação às instituições políticas, haveria certa consolidação do reconhecimento de sua relevância. Seria curioso discutir, todavia, se isso se mantém no período mais contemporâneo da história brasileira.

Nossos achados parecem jogar luzes interessantes sobre esse contexto político, sugerindo fios de 2013 que podem atravessar os desdobramentos políticos nos anos subsequentes. A intensificação da polarização política, manifesta no pleito de 2014, nas manifestações de 2015-2016, nas discussões sobre os entraves da crise política e nos debates sobre a operação Lava-Jato e o Impeachment, é profundamente marcada por certa negligência com a multidimensionalidade da democracia. Em nome de objetivos substantivos (a prisão do corrupto, a manutenção de um projeto político, a derrubada do governo, o enfraquecimento dos adversários, a promoção da igualdade), regras e procedimentos democráticos são frequentemente desconsiderados e violados. Regras pouco importariam diante da relevância da causa. Fazer justiça com as próprias mãos tornou-se prática cotidiana, seja nos linchamentos públicos de suspeitos de crimes, seja na perseguição e humilhação do adversário político. A competição política estruturada por certas balizas, vê-se substituída por um jogo de soma zero, em que o mais importante seria a eliminação do adversário.

E tudo isso, frequentemente, em nome da própria democracia; esse significante amplo e vazio, que tem abarcado definições muito diversas. Em nome dela, sustenta-se um culto ao individualismo e à autoexpressão, cujas consequências são o apagamento da própria comunidade política. Em nome dela, criam-se mitos personificadores de uma salvação que há de vir carregada pelos braços do povo na rua. Assim como na Alemanha de Bismarck, descrita por Weber (1917), o desafio de nossa política passa, também, pela concentração de capital simbólico e político em pouquíssimas figuras. No agonismo da política brasileira, a expressão de preferências intensas é tomada como sinônimo de democracia, sem que as múltiplas temporalidades da democracia (nos termos de Rosanvallon) ou suas múltiplas dimensões, como propomos aqui, sejam efetivamente consideradas. O resultado é uma democracia frágil, porque minada em algumas de suas bases fundamentais.

Retornando ao nosso corpus empírico, algumas ponderações se fazem necessárias. Obviamente, a discussão das entrevistas não tem o propósito de dizer que os ativistas entrevistados têm uma compreensão equivocada de democracia. Tal afirmação seria não apenas arrogante, mas ela, sim, equivocada. A análise tampouco tinha a expectativa de encontrar nessas falas, elucubrações de teoria política sobre a natureza dos poderes e das instituições. Entendemos como relevantes e necessárias as críticas às instituições democráticas vigentes e o esforço por reivindicar mais participação e igualdade. Por fim, ressalvamos que os excertos recortados não revelam a compreensão mais detalhada da visão de cada um desses atores (ou do conjunto deles) sobre democracia.

O ponto do argumento aqui exposto é outro. Não se trata de uma avaliação de opiniões, mas de uma discussão de tendências sociais e de indícios a partir do estudo de falas de protagonistas de um processo político muito relevante da história recente brasileira. Indícios estes que são reveladores no silêncio sobre certas questões. Eles apontam para uma baixa preocupação com regras e instituições democráticas e, sobretudo, com o papel delas para a existência de pesos, contrapesos e mecanismos de verificação e monitoramento a balizar o exercício do poder político. As falas são um sinal a corroborar a baixa legitimidade das instituições democráticas, indicando brechas e fragilidades da democracia brasileira. Brechas essas que não são específicas de um grupo ou conjunto de atores, mas que parecem atravessar o tecido social, amarrando polos que se veem como inconciliáveis.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, D. *Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. S. . Para Ampliar o Cânone Democrático. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). *Democratizar a Democracia*. Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, , p. 01-678.

AVRITZER, L. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

BARBER, Benjamin. *Strong Democracy*, University of California Press, Berkeley, 1984.

BENHABIB, Seyla (2011). *Dignity in Adversity*. Cambridge: Polity Press.

BENNETT, L; SEGERBERG, A. *The logic of connective action*. New York: Cambridge University Press, 2013.

BHATIA, A. Construction of discursive illusions in the 'Umbrella Movement'. *Discourse and Society*. V. 26: 407-427, 2015.

BIMBER, B; FLANAGIN, A; STOHL, Cynthia. *Collective Action in Organizations*. New York: Cambridge University Press, 2012.

- BIROLI, F.. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. 1. ed. Niterói e Vinhedo: Editora da UFF e Editora Horizonte, 2013. v. 1. 208p.
- BOHMAN, J. (2007) *Democracy across borders: from Dêmos to Dêmoi*. Cambridge: The MIT Press.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos*. Neoliberalism's stealth revolution. NY: Zone Books, 2015.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COHEN, Jean L; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge /Londres: MIT Press, 1992.
- COLLINS, P. *Fighting Words: Black Women and the Search for Justice*. Univ Of Minnesota Press, 1998.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. The University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 140, pp. 139-167, 1989.
- CUNHA, Eleonora. *Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da democracia – uma introdução crítica*. São Paulo: Artmed, 2009.
- DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. SP: Paz e Terra, 2002. p. 279-302.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas : Unicamp, 2006.
- DAHL, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília, Editora da UnB, 2001.
- DEWEY, John. *The public and its problems*. Chicago: The Swallow Press, 1954.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DRYZEK, J S., NIEMEYER, S. Discursive representation. *APSR*, v. 102, n. 4, p. 481-483, 2008.
- FERREIRA, Maria Alice. #BHNASRUAS: uma análise do confronto político contemporâneo a partir de páginas do Facebook. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Fafich, UFMG, Belo Horizonte, 2015.
- FINLEY, Moses I. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FISHKIN, James. *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- FRASER, N. Rethinking the public sphere. In: CALHOUN, Craig. (ed.) *Habermas and the Public Sphere*: Cambridge: MIT Press, 1992. Pp. 109-142.
- GOMES, Wilson. Democracia digital: Que democracia?. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 241-259
- GREEN, J. E. *The Eyes of the People: Democracy in an Age of Spectatorship*. NY: Oxford University Press, 2010.

- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997
- HARDT, M; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- hooks, b. *Ain't I a Woman?: Black Women and Feminism*. South End Press, 1981.
- HOWARD, P.; DUFFY, A.; FREELON, D.; HUSSAIN, M.; MARI, W.; MAZAI, M.. *Opening closed regimes what was the role of social media during the Arab spring?*, Working paper. Available at: <http://pitpi.org/index.php/2011/09/11/opening-closed-regimes-what-was-the-role-of-social-media-during-the-arab-spring/> , 2011.
- HUNTINGTON, S P. *A Terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo, Editora Ática, 1994.
- ISUNZA VERA, E.; GURZA LAVALLE, A.. *A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability*. *Lua Nova* (Impresso), v. 84, p. 95-140, 2011.
- JAGUARIBE, Hélio (org.) *A democracia grega*. Brasília: Ed. UnB, 1981. pp. 23-52.
- JENSEN, Michael, J; BANG, Hendrik, P. *Occupy Wall Street: A New Political Form of Movement and Community?*. *Journal of Information Technology & Politics*, v. 10, n. 4, p. 444-461, 2013
- JOHNSON, T. J.; ZHANG, W; BICHARD, S. L.; SELTZER, T. (2011) *United we stand? Online social network sites and civic engagement*. In: PAPACHARISSI, Z. *A networked self*. NY: Routledge.
- JUDENSNAIDER, E; LIMA, L; POMAR, M; ORTELLADO, P. (2013). *Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta. 240p.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia – desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LIM, M. *Clicks, Cabs, and Coffee Houses: Social Media and Oppositional Movements in Egypt , 2004–2011*. *Journal of Communication*, v. 62, pp. 231-248, 2012.
- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal – origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- MAIA, R. C. M.. *Mídia e Deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- MALINI, F; GOVEIA, F; CIARELLI, P; CARREIRA, L; HERKENHOFF, G. (2016, no prelo) “A viralização da Revolta em redes sociais: Genealogias do #VemPraRua”, em MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A; FILGUEIRAS, F. (orgs). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. BH: Editora UFMG.
- MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. *RBCS*, n. 29, p.5-34, out.1995.
- MARICATO, E. (2013). “É a questão urbana, estúpido!”, em MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo/Carta Maior. p.19-26.
- MENDONÇA, R. F. (2015). “Singularidade e identidade nas manifestações de 2013”. Texto apresentado no 39º. Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 26-30 de outubro de 2015.
- MENDONÇA, R; ERCAN, S. (2015). “Deliberation and Protest: Strange Bedfellows? Revealing the Deliberative Potential of 2013 Protests in Brazil and Turkey”. *Policy Studies*, v. 36, n. 3, p. 267-282.
- MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. *Can the claim to foster broad participation hinder deliberation?* *Critical Policy Studies*, v. 8, n. 1, p. 78-100, 2014.

- MIGUEL, L. F. Teoria da democracia atual: esboço de mapeamento. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, p. 5-42, 2005.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro. Os Significados da Democracia Segundo os Brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n.2, p. 269-309, 2010.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Do espírito das leis*. São Paulo: Ed. e Publ. Brasil, 1960
- MORLINO, L, (2012). *Changes for democracy: actors, structures, processes*. Oxford: Oxford University Press.
- MOUFFE, Chantal. *Radical Democracy: Modern or Postmodern?* Social Text, n. 21, 1989, p. 31- 45
- MULGAN, Richard. Accountability: an ever-expanding concept? *Public Administration*. Oxford: Blackwell Publishers, v. 78, n. 3, p. 555-573, 2000.
- NANCY, Jean-Luc (2012). Finite and infinite democracy. In: AGAMBEN, G. et al. *Democracy in what state*. New York: Columbia University Press, 2012.
- NOBRE, M. (2013). *Imobilismo em movimento*. São Paulo: Cia das Letras. 208p.
- NOGUEIRA, M.A. (2013). *As ruas e a democracia*. Rio de Janeiro: Contraponto. 228p.
- O'DONNELL, Guillermo. 1999. "Horizontal accountability and new poliarchies", in: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; and PLATTNER, Mark (Eds.). *The self-restraining State: power and accountability in new democracies*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- ORTELLADO, P. (2013). "Os protestos de junho entre o processo e o resultado", em JUDENSNAIDER, E; LIMA, L; POMAR, M; ORTELLADO, P. *Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta. p. 227-239.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PENNEY, Joel; DADAS, Caroline. (Re) Tweeting in the service of protest: Digital composition and circulation in the Occupy Wall Street movement. *New Media & Society*, v. 16, n. 1, p. 74-90, 2014.
- PHILLIPS, Anne. 1995. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press.
- PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan; MANIN, Bernard (Ed.). *Democracy, accountability and representation*. New York: Cambridge University Press: 1994.
- RANCIERE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996. 138 p.
- RICCI, R; ARLEY, P. (2014). *Nas ruas - a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento. 264p.
- ROLNIK, R. (2013). "As vozes da rua: as revoltas de junho e suas interpretações", em MARICATO, E. et. al. *Cidades rebeldes*: São Paulo: Boitempo/Carta Maior. pp. 7-12.
- ROSANVALLON, Pierre. *La légitimité démocratique: impartialité, réflexivité, proximité*. Paris: Éd. du Seuil, DL 2010.
- ROSANVALLON, Pierre. *La contrademocracia*. Buenos Aires: Manantial, 2007.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social: princípios de direito político*. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1960 [1762].
- SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo. *Democratizar a democracia: os caminhos da*

- democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961
- SILVA, V. A. C. (2016 no prelo) A invenção e as reinvenções da democracia. In: Mendonça, R. F; Cunha, E. S. *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. BH: Editora UFMG.
- SINTOMER, Y. *O poder ao povo – Júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa*. BH: Editora UFMG, 2010.
- SMITH, Graham. *Beyond the Ballot 57 Democratic Innovations from Around the World*. Relatório preparado para o Power Inquiry, UK, 2005.
- SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. 2003. "Societal accountability controls: two cases of a fruitful relationship", in: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (Eds.). *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press.
- TARROW, S. (2009). *O poder em movimento*. Movimentos sociais e confronto político. RJ: Vozes. 320p.
- TARROW, Sidney. *The Language of Contention: Revolutions in Words, 1688-2012*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WARREN, Mark; PEARSE, Hilary. Introduction: democratic renewal and deliberative democracy. In: WARREN, Mark; PEARSE, Hilary (eds). *Designing Deliberative Democracy - The British Columbia Citizens' Assembly*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WOJCIESZAK, Magdalena; SMITH, Briar. Will politics be tweeted? New media use by Iranian youth in 2011. *New Media & Society*, v. 16, n. 1, p. 91-109, 2014.
- YOUNG, Iris. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.